



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Divisão sociosexual e racial do trabalho

BARREIRAS RACIAIS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A SUB-REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA

ALINE CRISTINA PELOZO RABAGLIO¹

WERICK CORDEIRO BAETA²

ELAINE RIBEIRO CARDOSO³

ROSIANE DOS SANTOS GURGEL RAMALHO⁴

JULIANA DA SILVA ANASTÁCIO⁵

RESUMO:

A presente reflexão aborda como o racismo permeia as relações sociais no capitalismo contemporâneo, problematizando porque cargos de liderança ainda são majoritariamente ocupados por homens brancos. Articulando as categorias raça, classe e gênero, ilustramos desigualdades entre brancos e pessoas negras e negros. O estudo utiliza revisão bibliográfica, análise de dados empíricos e recursos visuais.

Palavras-chave: racismo, desigualdades raciais, cargos de liderança, branquitude, capitalismo.

ABSTRACT:

This reflection addresses how racism permeates social relations in contemporary capitalism, questioning why leadership positions are still predominantly occupied by white men. By articulating the categories of race, class, and gender, we illustrate the inequalities between white people and black people. The study utilizes a literature review, empirical data analysis, and visual resources.

¹ Universidade Federal de São Paulo

² Universidade Federal de São Paulo

³ Universidade Federal de São Paulo

⁴ Universidade Federal de São Paulo

⁵ Universidade Federal de São Paulo

Keywords: racism, racial inequalities, leadership positions, whiteness, capitalism.

1. INTRODUÇÃO

A presente reflexão surgiu de inquietações⁶ que se debruçam a entender como o racismo permeia as relações sociais nos processos sistêmicos gerados pela lógica reprodutiva do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, busca-se problematizar porque os cargos de lideranças, ainda são ocupados por homens e em sua maioria brancos; a partir desta construção, articulamos as categorias “raça, classe e gênero” enquanto subsídios, visando ilustrar as desigualdades entre brancos e negros e negras.

Este estudo foi desenvolvido através de uma abordagem metodológica, que envolveu a revisão bibliográfica, análise de dados empíricos e a utilização de recursos visuais para ilustrar e aprofundar a discussão proposta.

A revisão bibliográfica foi conduzida com base em autores renomados na área. Foram analisadas obras de Schwarcz (1993), Cida Bento (2002), Carneiro (2023), e Kilomba (2019), que forneceram o embasamento teórico inicial necessário para contextualizar a problemática do estudo. Estes autores foram fundamentais para o resgate histórico e teórico sobre as questões de desigualdade e exclusão social no Brasil, com foco na intersecção de raça, classe e gênero.

Nesta introdução, faremos um resgate teórico, citando autores como Schwarcz (1993), Cida Bento (2002), Carneiro (2023), e Kilomba (2019), que ajudaram a fundamentar o contexto histórico e social do estudo. No desenvolvimento do artigo, problematizamos a ocupação de cargos de liderança majoritariamente por homens brancos, articulando as dimensões de raça, classe e gênero. Essa discussão foi enriquecida pelo debate com os estudos de Marx, Angela Davis, Clovis Moura, Florestan Fernandes, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro e Conceição Evaristo. Os principais pontos e reflexões desses autores serão apresentados para construir um quadro abrangente das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira.

Para complementar a revisão bibliográfica, utilizamos dados empíricos provenientes de fontes confiáveis e atualizadas. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foram utilizados para analisar as oportunidades de posições de liderança e a representatividade racial

⁶ Este trabalho coletivo emerge das inquietações conceituais e metodológicas suscitadas no âmbito da disciplina "Trabalho e Questão Social" do Mestrado Acadêmico, refletindo um compromisso interdisciplinar com a análise crítica das dinâmicas de exclusão e desigualdade racial.

nessas posições. Também foram utilizados dados do Instituto Ethos e da Fundação Lemann, que forneceram informações adicionais sobre a desigualdade racial em cargos de liderança.

Ao longo do artigo, foram inseridas imagens ilustrativas para apoiar a discussão e tornar os dados mais acessíveis e compreensíveis para o leitor. Por exemplo, uma imagem proveniente do G1 Paraná foi utilizada para evidenciar que, apesar de pessoas negras e negros representarem 56% da população brasileira, sua presença na Câmara Federal ainda não chega a 30%. Esse recurso visual foi essencial para destacar as disparidades entre a população geral e a representatividade política.

A combinação dessas abordagens metodológicas permitiu uma análise multifacetada da problemática estudada. A utilização de uma revisão bibliográfica, associada à análise de dados empíricos e recursos visuais, proporcionou uma compreensão aprofundada das desigualdades raciais e de gênero nas posições de liderança no Brasil. Essa metodologia interdisciplinar foi essencial para evidenciar as complexidades e nuances das relações de poder e exclusão social no contexto brasileiro.

Assim, partimos do princípio, trazendo para o debate Schwarcz (1993), que destaca que os espaços de poder eram exclusivamente ocupados por um perfil socioeconômico específico: homens brancos da elite política, conhecidos como "Homens de Ciência". Esses indivíduos buscavam consolidar um novo regime que perpetuasse uma hierarquia social, estabelecendo relações entre proprietários rurais e a classe média urbana. Entre muitos reflexos desse processo, a percepção sobre as diferenças raciais começa a ser consolidada através da naturalização dessas diferenças. No entanto, foi apenas no século XIX que as teorias raciais, influenciadas por modelos deterministas, ganharam corpo e se tornaram mais populares e universais no Brasil.

Mesmo que o processo de escravidão tenha resistido até 1888 no Brasil outros dispositivos ainda influenciavam na demarcação das diferenças; entre elas, impediam que ex-escravizados pudessem adquirir propriedades, em que o Estado priorizou os latifundiários e distribuição de concessão de terras para colônias; - essa reprodução oriunda da herança histórica da escravidão, acumuladas de dor e violência marca a existência de um "pacto narcísico" entre coletivos.

Bento (2022), psicóloga e ativista brasileira, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), faz menção ao devido pacto, e nos convida a compreender os impactos negativos sobre as desigualdades frente à população negra e da herança escravocrata que ajudaram na manutenção de privilégios para pessoas brancas, por

meio de narrativas que instituíram os diferentes níveis hierárquicos nos centros das organizações sob a perspectiva cotidiana das relações raciais e gênero. O Pacto narcísico é entendido enquanto:

[...], branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é competição entre segmentos que se consideram iguais. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o universal (Bento, 2022, p. 18).

Nesse sentido a autora busca visibilizar o debate do pacto narcísico dentro as dimensões analíticas que visam a legitimação das desigualdades de gênero e na particularidade das representações da supremacia branca nas instituições.

Quando essa representação esta constituída na subjetividade, ela se torna um dispositivo que se identifica com os demais membros do grupo e que de certa forma se mantém fortalecido no lugar de privilégio e no discurso do mérito; observamos que tal processo busca manter uma aliança compactuada entre as gerações brancas, e por outra dimensão tem a legitimar a destituição e exclusão de determinados grupos em especial a população negra (Souza, 2021).

Assim como as autoras, Schwarcz (1993) e Bento (2002) supracitadas têm visibilizado o debate sobre o pacto que causa opressão e desigualdades raciais no contexto das instituições, Carneiro (2023, p.67) entrelaça um diálogo que visualiza a demarcação da branquitude e o pacto narcísico entre a lógica de poder, que são inscritos no dispositivo da racialidade: essa alusão a branquitude se configura enquanto consubstancia de vida na sociedade e ao acesso privilegiado aos bens socialmente construídos.

Quando fazemos referência aos bens que se consolidam por meio desta divisão, também destacamos quanto o dispositivo pode deslegitimar os saberes negros nos cânones tradicionais e o saber branco pode se reafirmar como poder predominante; essa justificativa tem como tese, a inadequação do academicismo, mas traça uma importante resistência ao denunciar as realidades históricas, políticas, sociais das relações raciais por meio dos espaços de fala, gerados como novo discurso de linguagem (Kilomba, 2019).

0. DESENVOLVIMENTO:

O capitalismo, como sistema econômico, tem impactos profundos na nossa sociedade, que repercute de forma negativa nas oportunidades de trabalho, principalmente quando falamos das pessoas negras, perpetuando desigualdades estruturais e raciais. Como pesquisadores e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pesquisadoras na área de Serviço Social, podemos explorar esse tema à luz da teoria de Karl Marx, bem como de outros estudos contemporâneos de autores/as que se debruçam a estudar a interseção raça, classe e etnia e os desafios a uma formação emancipatória no Serviço Social.

Na teoria marxista, o capitalismo é caracterizado pela exploração da força de trabalho, onde a classe trabalhadora (proletariado) é explorada pela classe capitalista (burguesia). Marx argumenta que o valor excedente produzido pelos trabalhadores é apropriado pelos capitalistas, resultando em desigualdades econômicas.

Marx identificou que a divisão do trabalho é fundamental para a estrutura capitalista. No caso do Brasil e de outros países com uma história de escravidão, essa divisão frequentemente se baseia em linhas raciais, com pessoas negras ocupando posições de trabalho menos qualificadas e mais mal remuneradas. Estudos como o de Angela Davis (2016) e Clóvis Moura (1988) mostram demonstram como a segregação racial que foi usada para justificar a exploração e manter baixos salários.

Davis argumenta que “o racismo é parte integrante da estrutura da sociedade” e que é necessário uma dialética radical” para dismantelar esse sistema de opressão (DAVIS, 2016, p.7-10). Da mesma forma, Moura enfatiza que “a questão racial no Brasil está intimamente ligada à luta de classes” e que é preciso compreender a “dinâmica das relações sociais” para transformar as desigualdades históricas (MOURA, 1988).

O racismo estrutural⁷ contribui para a segregação no mercado de trabalho, onde pessoas negras são frequentemente excluídas de empregos formais, mal remunerados e com os piores postos de trabalho. Isso é bem documentado pelo autor Florestan Fernandes (1965).

Mesmo quando empregados, trabalhadores/as negras e negro frequentemente enfrentam disparidades salariais e são relegados a posições precárias. A teoria do valor-trabalho de Marx nos ajuda a entender como o trabalho das pessoas negras é sistematicamente desvalorizado e essas disparidades são produtos tanto de discriminação direta quanto de práticas institucionais. A análise marxista também sugere a necessidade de uma luta organizada para desafiar essas estruturas de exploração. No contexto contemporâneo, isso se traduz em movimentos sociais e políticas públicas que visam corrigir essas desigualdades históricas.

Como sistematizado acima, essa é uma realidade que perpassa diversas esferas da sociedade contemporânea, desde o ambiente corporativo até as instituições políticas e

⁷ Fernandes (1965) desenvolveu uma compreensão profunda do racismo estrutural no Brasil. Defendendo ser um fenômeno enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade, que perpetua a discriminação e a desigualdade racial de forma sistemática e institucionalizada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acadêmicas. Esta questão não apenas reflete a persistência de barreiras raciais históricas, mas também evidencia as profundas desigualdades de oportunidades que continuam a marcar as trajetórias de indivíduos negras e negros.

Fernandes (1965), em suas análises sobre a formação social brasileira, destaca a construção histórica do racismo e sua institucionalização como elementos fundamentais para a compreensão das desigualdades raciais. Segundo Fernandes (1965), a abolição formal da escravidão não significou a inclusão social das pessoas negras e negros, mas a sua marginalização em um mercado de trabalho excludente e hierarquizado. Essa perspectiva é crucial para entender como as barreiras históricas continuam a impactar as oportunidades de ascensão social e ocupação de posições de liderança por pessoas negras.

Fernandes, em sua obra seminal "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", lançou luz sobre as profundas desigualdades que permeiam a realidade social brasileira, destacando como "o negro, uma vez liberto, não logrou obter condições para competir, efetiva e realmente, com os brancos, no regime de classes que então se organizava" (FERNANDES, 1965, p. 28). Essa análise crítica revela as raízes do racismo estrutural e suas consequências para a ascensão socioeconômica da população negra.

O autor oferece uma análise sociológica profunda sobre a inserção dos negros e negras na sociedade brasileira pós-abolição. Fernandes argumenta que, após a abolição da escravidão, as pessoas negras e os negros foram formalmente livres, mas essa liberdade não se traduziu em oportunidades reais de ascensão social e econômica. Ele destaca que "o negro, uma vez liberto, não logrou obter condições para competir, efetiva e realmente, com os brancos, no regime de classes que então se organizava" (FERNANDES, 1965, p. 28). Isso ilustra como o racismo estrutural se perpetuou, marginalizando a população negra e impedindo seu pleno desenvolvimento dentro da sociedade de classes emergente.

Carolina Maria de Jesus, em sua obra "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (2014), oferece um testemunho visceral e autobiográfico das condições de vida na favela do Canindé, em São Paulo. Através de seu diário, Carolina expõe as dificuldades diárias enfrentadas pelos moradores da favela, especialmente mulheres negras como ela, que lutam para sobreviver em meio à pobreza extrema, fome e discriminação. Sua narrativa pessoal dá voz às experiências vividas pelas populações marginalizadas, revelando a profundidade da desigualdade e da exclusão social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A conexão entre os trabalhos de Fernandes e Jesus reside na complementaridade de suas abordagens. Enquanto Fernandes oferece uma análise teórica e estruturada das dinâmicas sociais que perpetuam o racismo e a exclusão, Carolina Maria de Jesus fornece um relato em primeira pessoa, evidenciando as consequências práticas dessas dinâmicas na vida cotidiana dos marginalizados. Ambos os autores iluminam, de maneiras diferentes, as raízes e os efeitos do racismo estrutural no Brasil, proporcionando uma compreensão mais completa e nuançada das complexas realidades sociais do país.

Dessa forma, podemos afirmar que os trabalhos de Fernandes e Jesus, quando analisados em conjunto, oferecem uma visão crítica e abrangente das desigualdades sociais no Brasil, evidenciando como as estruturas de poder e opressão moldam a vida das populações marginalizadas. A obra de Fernandes fornece a base teórica para entender as causas e os mecanismos do racismo estrutural, enquanto a obra de Carolina Maria de Jesus ilustra as realidades vividas daqueles que são diretamente afetados por essas estruturas.

Jesus (2014), escritora, compositora e poetisa brasileira, conhecida por seu trabalho como autora e pela publicação do livro "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada", que narra sua vida na favela do Canindé, em São Paulo. Em uma de suas passagens, revela, que:

"13 de Maio. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz."

A partir do resgate histórico é importante ressaltar que a abolição⁸ extinguiu a escravidão no Brasil e colocou em condição de miserabilidade as pessoas negras e negros que livres passaram a viver sem nenhuma política de proteção social, sobrevivendo em condições precárias, sem acesso a moradia, educação, saúde e trabalho.

A autora Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro por sua vez, aprofunda a discussão ao abordar as interseccionalidades de raça, gênero e classe. Carneiro (2003), a opressão racial não pode ser dissociada de outras formas de opressão que se sobrepõem e se reforçam mutuamente.

⁸ O movimento abolicionista ganhou força ao longo do século XIX, influenciado por pressões internas e internacionais, e por mudanças econômicas e sociais. Em 1888, a Lei Áurea foi promulgada. A escravidão no Brasil foi um sistema brutal e desumano que sustentou a economia colonial e imperial por mais de três séculos. Sua abolição, embora um passo crucial para a justiça e igualdade, deixou um legado duradouro de desigualdade racial e social. Compreender a escravidão no Brasil é essencial para reconhecer e enfrentar os desafios contínuos de racismo e desigualdade na sociedade contemporânea.

Sua análise crítica do feminismo negro, revela como as mulheres negras, em particular, enfrentam barreiras adicionais em sua luta por liderança e reconhecimento. Carneiro argumenta que a superação dessas barreiras exige uma transformação estrutural das relações sociais e institucionais que sustentam o racismo e o sexismo.

A autora ainda destaca que a exclusão de negras e negros de espaços de poder e tomada de decisão é um reflexo da herança escravocrata e da perpetuação de uma estrutura social desigual. A autora afirma que a ausência de representatividade negra em posições de liderança reforça a manutenção de privilégios e a perpetuação de padrões discriminatórios.

Conceição Evaristo (romancista, poetisa e contista), suas obras, pertencentes à literatura contemporânea, são caracterizadas pelo protagonismo feminino e pela denúncia de discriminação racial. Assim, são realistas e discutem questões de gênero e etnia. Os textos fornecem uma dimensão vivencial e literária às teorias sociológicas e feministas. Em seus escritos, explora as experiências de mulheres negras, revelando as sutilezas das opressões diárias e as estratégias de sobrevivência e empoderamento. Suas narrativas contribuem para uma compreensão mais profunda das barreiras enfrentadas por pessoas negras em sua luta por espaços de liderança e reconhecimento.

As experiências narradas por Evaristo (2017), evidenciam as adversidades enfrentadas por pessoas negras e negros em sua jornada para alcançar o reconhecimento e a ascensão profissional. Seus relatos ilustram como o racismo e a falta de oportunidades atuam como barreiras significativas para a inserção de pessoas negras e negros em cargos de poder e influência.

A desigualdade de oportunidades em posições de liderança é uma consequência direta de estruturas sociais e econômicas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Entre as barreiras identificadas, destacam-se a discriminação racial explícita e implícita, o acesso limitado a redes de contato e mentoria, e as expectativas estereotipadas que frequentemente subestimam as capacidades e competências de indivíduos negros e negras. Essas barreiras são reforçadas por um sistema educacional que, historicamente, tem falhado em proporcionar igualdade de acesso e qualidade de ensino para a população negra, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização. Abaixo, através do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), podemos identificar alguns pontos:

IMAGEM 1:



O longo combate às desigualdades racia

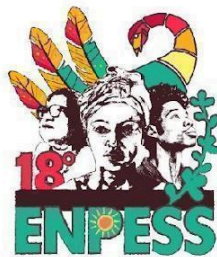
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) por Cristina Charão - São Paulo - O longo combate das desigualdades raciais.

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), os avanços nos indicadores socioeconômicos da população negra atestam o impacto positivo das políticas universais. Ao mesmo tempo, os dados mostram a necessidade urgente de ações afirmativas de caráter amplo na busca por igualdade racial no Brasil. Segundo Douglas Belchior, também conhecido como Negro Belchior, é um educador e faz parte da liderança social brasileira filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). “O jovem negro tem, hoje, oportunidades que seus pais não tiveram, mas isso não significa que elas sejam iguais”.

Além disso, o ambiente organizacional muitas vezes reproduz e legitima essas desigualdades, seja através de práticas de recrutamento e promoção que favorecem grupos dominantes, seja pela falta de políticas efetivas de diversidade e inclusão. A ausência de representatividade negra em posições de liderança não apenas limita as oportunidades para indivíduos qualificados, mas também priva as organizações de perspectivas e experiências diversas, essenciais para a inovação e a justiça social.

Portanto, discutir essa temática requer uma abordagem multifacetada, que reconheça e confronte as diversas formas de opressão que se interseccionam para perpetuar essa desigualdade. Através desta reflexão teórica, o artigo busca contribuir para uma compreensão mais profunda das barreiras raciais e das estratégias necessárias para minimizá-las, promovendo uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Segundo a imagem abaixo, os dados do G1 Paraná indicam que as pessoas negras e negros são 56% da população, mas presença na Câmara Federal por exemplo, ainda não chega a 30%: “Representação é necessária para toda a sociedade”. Ainda na matéria realizada em 2022, o percentual de eleitos subiu para 26%. Na bancada do Paraná, dos 30 parlamentares eleitos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dois se declaram negros. Para cientista política, o avanço é tardio, mas demonstra desejo por mudança.

IMAGEM 2

Negros são 56% da população, mas presença na Câmara Federal ainda não chega a 30%: 'Representação é necessária para toda a sociedade'

Em 2022, percentual de eleitos subiu para 26%. Na bancada do Paraná, dos 30 parlamentares eleitos, dois se declaram negros. Para cientista política, avanço é tardio mas demonstra desejo por mudança.

Por Bárbara Hammes, g1 PR
19/11/2022 07h29 - Atualizado há um ano

Fonte: G1 - PR, por Bárbara Hammes, 19/11/2022 07h29.

A baixa representatividade de pessoas negras e negros na política é um problema para toda a população e impede um desenvolvimento social necessário a todos. A avaliação é da professora e cientista política Marivânia Araújo, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Hoje, 24% dos 513 deputados federais que atuam na Câmara são negros. Quando olhamos para a população, o número revela a falta de representação: 56,1% dos brasileiros são pessoas negras, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas eleições de 2022, o número de negros eleitos para a Casa bateu recorde: 135. Ainda assim, a representação é de apenas 26% do total de parlamentares que vão atuar a partir de 2023.

As desigualdades raciais dentro das instituições vão sendo “naturalizadas” a partir da ideia de mérito, ou seja, os cargos mais qualificados são ocupados por pessoas merecedoras, legitimando a supremacia branca, uma vez que se as pessoas negras não estão ocupando estes cargos é porque não estão preparadas.

Esses mecanismos de discriminação dentro das instituições somente vão ser verificados por taxas e números de profissionais que ocupam a liderança em que não se vê a diversidade. Os atos discriminatórios silenciados caracterizam o racismo institucional.

O racismo institucional, tal como o definem Silva et al. (2009), não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades. (LÓPEZ, 2012, p.127)

Ao refletirmos sobre as contribuições desses autores, somos compelidos a reconhecer que, apesar do progresso alcançado em algumas esferas, a erradicação do racismo estrutural e a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa permanecem como desafios urgentes. As perspectivas críticas apresentadas exigem de nós, enquanto sociedade, um olhar vigilante e uma ação decidida para superar as barreiras históricas que segregam e marginalizam a população negra.

Segundo o Instituto Ethos, a presença equitativa de mulheres em cargos de liderança, seja no setor privado ou público, traz inúmeros benefícios. No mundo corporativo, pesquisas encontraram evidências sugerindo que empresas com mais mulheres em posições de liderança tendem a ter melhor tomada de decisão, maior criatividade e, conseqüentemente, desempenho financeiro elevado. Além disso, essas empresas também experimentam uma dinâmica de equipe mais positiva e adotam práticas de negócios mais sustentáveis.

Já no setor público, líderes femininas tendem a investir mais em saúde e educação, reduzir a desigualdade de gênero, melhorar o desempenho econômico e combater a corrupção. No contexto da pandemia de Covid-19, os países liderados por mulheres apresentaram melhor desempenho na contenção do avanço do vírus e na redução do número de mortes e internamentos.

A Pesquisa publicada em 2016 pelo Instituto Ethos em parceria com Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONU Mulheres mostrou que a maioria das grandes empresas no Brasil não tem ações afirmativas para incentivar a presença de mulheres e negros em seus quadros. Quando as tem, trata-se de ações pontuais, e não de políticas com metas e iniciativas planejadas, de acordo com o documento.

A Fundação Lemann indica que a representatividade negra em posições de liderança também é fundamental. No setor empresarial, pesquisas encontraram evidências sugerindo que empresas com líderes negros apresentam melhor desempenho financeiro, engajam mais stakeholders “são indivíduos, grupos ou organizações que têm interesse ou são afetados pelas atividades, decisões e resultados de uma empresa, projeto ou organização e protegem suas marcas de forma mais eficaz. No setor público, líderes negros são mais propensos a propor políticas de inclusão, engajar politicamente a população e aumentar a participação da força de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho negra. Além disso, a presença de líderes negros tem um impacto positivo na educação e na representatividade política local.

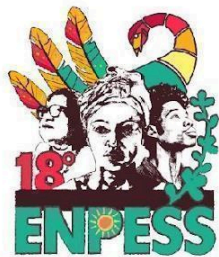
No entanto, apesar da clara importância da diversidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A representatividade de pessoas diversas em posições de liderança ainda é insatisfatória. Por exemplo, menos de 1% dos CEOs das empresas da Fortune 500 são homens negros, e as mulheres ocupam apenas cerca de 25% das cadeiras do Poder Legislativo globalmente. Várias barreiras contribuem para essa sub-representação, incluindo diferentes tipos de discriminação, dinâmicas sociais adversas que impacta mais fortemente determinado grupo, como as responsabilidades derivadas da maternidade e o assédio sexual, e desigualdades de poder intrínsecas. É imperativo reconhecer e combater esses desafios para criar um futuro mais inclusivo e diversificado.

0. CONCLUSÃO:

Partindo da análise e da reflexão teórica realizada com base em autores renomados e dos dados estatísticos e de pesquisa, a teoria marxista nos fornece uma base sólida para entender como o capitalismo exacerba as desigualdades raciais no mercado de trabalho. No entanto, é crucial incorporar perspectivas interseccionais e contemporâneas que iluminem as maneiras específicas pelas quais o racismo estrutural opera dentro do sistema capitalista. As obras de autores e autoras mencionadas complementam a análise, fornecendo uma visão mais completa e detalhada das dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras no mercado de trabalho capitalista.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Os resultados encorajadores já revelados por algumas ações indicam um rumo positivo nas políticas públicas dos últimos anos. Embora persistam os debates acerca da constitucionalidade das ações afirmativas – especialmente nas cotas para ingresso em universidades e no serviço público –, muitos avaliam que a agenda está consolidada. “O momento é de continuidade e de ampliação”, afirma Tatiana Dias Silva, coordenadora de Igualdade Racial



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do (IPEA), especialista em análises da questão racial. “Temores de que as ações afirmativas criaram um ‘racismo ao contrário’ ou ‘reduziram o nível das universidades’ desapareceram. Os dados disponíveis desmentem tudo isso.”

Construir pontes que aproximem as realidades de brancos e negros e negras no Brasil é um desafio monumental. Nas últimas duas décadas, políticas públicas de natureza diversa, adotadas em diferentes níveis de governo, têm sido capazes de impulsionar a construção das bases da igualdade. Indicadores socioeconômicos de toda ordem mostram uma melhoria nas condições de vida da população negra, bem como no acesso a serviços e direitos. Nesse período, homens e mulheres negras viram sua renda, expectativa de vida e acesso à educação – para citar apenas os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – avançarem de forma mais acelerada do que as da população branca.

No entanto, apesar dos avanços observados em algumas esferas, a inclusão de pessoas negras em cargos de liderança ainda enfrenta desafios extremamente significativos. É necessário um olhar atento do Serviço Social para identificar e enfrentar as raízes do racismo institucional, visando a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. Somente com ações contínuas e efetivas, será possível alcançar uma representação mais incontestável da diversidade racial em posições de poder e influência.

Diante desse cenário, é necessário que as instituições adotem medidas concretas para promover a diversidade e equidade em suas equipes. É preciso investir em programas de capacitação e desenvolvimento envolvendo lideranças, gestores e todos os trabalhadores para discutir sobre as desigualdades na instituição e na sociedade.

Traçar uma política de diversidade e equidade que permita realizar diagnóstico da instituição com a trajetória ocupacional a partir da diferença de cargos e salários, oportunidades de desenvolvimento, promoção e mentorias, bem como elencar ações afirmativas. Entretanto, ainda não é possível vislumbrar a superação do abismo racial. No Brasil, a população negra é a mais atingida pela violência, desemprego e falta de representatividade (CARTACAPITAL, 2017). Os dados disponíveis indicam um caminho: é preciso apostar em políticas de ação afirmativa de forma consistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. **Mulheres em Movimento**. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18/07/2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016, p.7-10.

Estatuto da Igualdade Racial. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em: 26/07/2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Mulheres negras rumo à liderança**: estudo apresenta recomendações para inclusão consciente. Disponível em:
<https://portal.fgv.br/noticias/mulheres-negras-rumo-lideranca-estudo-apresenta-recomendacoes-inclusao-consciente> Acesso em: 18/07/2024.

Fundação Lemann. **Negros e mulheres na liderança**. Disponível em:
<https://fundacaoemann.org.br/materiais/negros-e-mulheres-na-lideranca>. Acesso em: 20/07/2024.

G1, PR. **Negros são 56% da população, mas presença na câmara federal ainda não chega a 30%; representação é necessária para toda a sociedade**. Disponível em:
<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/11/19/negros-sao-56percent-da-populacao-mas-presenca-na-camara-federal-ainda-nao-chega-a-30percent-representacao-e-necessaria-para-toda-a-sociedade.ghtml>
Acesso em: 22/07/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico: **Crescimento Populacional**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br> Acesso em: 22/07/2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **O longo combate às desigualdades raciais**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&id=711 Acesso em: 25/07/2024.

Instituto Ethos. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Brasil, 2016. Disponível em:
https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr Acesso em: 22/07/2024.

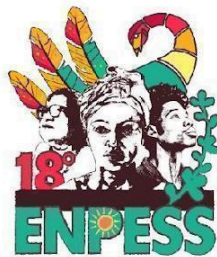
Instituto Ethos. **Profissionais negras demandam mais políticas afirmativas no mercado corporativo brasileiro**. Disponível em:
<https://www.ethos.org.br/cedoc/profissionais-negras-demandam-mais-politicas-afirmativas-no-mercado-corporativo-brasileiro/> Acesso em: 19/07/2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Literafro. Conceição Evaristo. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> Acesso em: 13 /07/2024.

LÓPEZ, L.C. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical' do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988.

NOVAES, Marcella. **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. CartaCapital, 09 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/> Acesso em: 27/07/2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e preto: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: LeYa, 2021.

SOUZA, N. S. **Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.